

NEWSLETTER DIGESTO N.º 18/2017

Disponibilização: 11 de setembro de 2017

Período abrangido: 28 de agosto a 8 de setembro de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Eletrónica e Simplificação Administrativa
2. Administração Interna
 - Admissão de Estrangeiros
 - Forças de Segurança
 - Proteção Civil
3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Pescas e Aquicultura
4. Comércio
5. Consumidores
6. Contratação Pública
7. Defesa e Forças Armadas
8. Desporto
9. Energia
10. Ensino Superior
11. Finanças
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Valores Mobiliários
12. Justiça
13. Regiões Autónomas
 - Madeira
14. Saúde
15. Trabalho
16. Transportes e Comunicações

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Decreto-Lei n.º 105/2017, de 29 de agosto](#)

(Presidência e da Modernização Administrativa)

Revê o modelo de gestão das Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, que estabelece a regra da prestação digital de serviços públicos, consagra o atendimento digital assistido como seu complemento indispensável e define o modo de concentração de serviços públicos em Lojas do Cidadão.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS

[Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e transpõe a Diretiva 2014/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa às condições de entrada e de permanência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal, a Diretiva 2014/66/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, relativa às condições de entrada e residência de nacionais de Estados terceiros no quadro de transferências dentro das empresas, e a Diretiva (UE) 2016/801, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, relativa às condições de entrada e residência de nacionais de Estados terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de formação, de voluntariado, de programas de intercâmbio de estudantes, de projetos educativos, e de colocação au pair.

- **FORÇAS DE SEGURANÇA**

[Portaria n.º 264/2017, de 4 de setembro](#)

(Finanças, Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e Mar)

Define o regime de utilização do serviço público de transportes coletivos de passageiros por parte do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública.

- **PROTEÇÃO CIVIL**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2017, de 1 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Declara a situação de calamidade em determinados concelhos do território nacional durante os dias 18 a 21 de agosto de 2017.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Portaria n.º 263/2017, de 1 de setembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime de taxas devidas pelos serviços prestados na área da fitossanidade e da proteção vegetal, previstos no Decreto-Lei n.º 213/90, de 28 de junho, no Decreto-Lei n.º 91/2012, de 12 de abril, no Decreto-Lei n.º 257/2009, de 24 de setembro, no Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril, pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

- **PESCAS E AQUICULTURA**

[Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores, e regulamenta a pesca nessas águas e a aquicultura praticada nos postos aquícolas do Estado ou em unidades de aquicultura ou de detenção de espécies aquícolas em cativeiro com fins não comerciais, designadamente ornamentais, didáticos, técnicos ou científicos e para autoconsumo.

4. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 111-C/2017, de 31 de agosto](#)
(Economia)

Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro.

[Decreto-Lei n.º 111-D/2017, de 31 de agosto](#)
(Economia)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva n.º 2014/68/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio.

5. CONSUMIDORES

[Lei n.º 105/2017, de 30 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, que estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis.

6. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Transpõe a Diretiva n.º 2014/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa à adjudicação de contratos de concessão, a Diretiva n.º 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos, a Diretiva n.º 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.

7. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Decreto-Lei n.º 114/2017, de 7 de setembro](#)
(Defesa Nacional)

Cria e define a atribuição de um subsídio de penosidade devido pela prestação de serviço efetivo nos serviços da Autoridade Marítima Nacional nas Ilhas Selvagens.

Portaria n.º 269/2017, de 8 de setembro
(Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional)

Aprova os formulários próprios a utilizar para os pedidos de autorização relativos à entrada de navios de guerra estrangeiros em território nacional, à operação de aeronaves de Estado estrangeiras em território nacional, e à entrada, movimentação e permanência de forças estrangeiras que se desloquem por via terrestre.

8. DESPORTO

Lei n.º 101/2017, de 28 de agosto
(Assembleia da República)

Impõe deveres de transparência relativos à titularidade do capital social das sociedades desportivas e ao reforço da credibilização das competições, bem como obrigações para as federações desportivas no investimento em programas de defesa da integridade e da verdade desportivas nas competições.

Altera o Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais, o Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril, e o Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

9. ENERGIA

Despacho n.º 7557-A/2017, de 25 de agosto
(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Revoga o Despacho n.º 11566-A/2015, de 15 de outubro, que estabelece os parâmetros necessários para o processo de determinação das tarifas reguladas do Setor Elétrico Nacional.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2017, de 7 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Nacional de Gestão do Combustível Irrradiado e dos Resíduos Radioativos para 2015-2019.

[Despacho n.º 7875/2017, de 7 de setembro](#)
(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Declara, a invalidade das normas do artigo 35.º-B da Portaria n.º 243/2013, de 2 de agosto (que estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público, bem como da obtenção da licença de produção e respetiva licença de exploração), introduzido pela Portaria n.º 133/2015, de 15 de maio.

10. ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 7761/2017, de 4 de setembro](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro)

Altera o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior, aprovado pelo Despacho n.º 13531/2009, de 9 de junho.

11. FINANÇAS

[Decreto Regulamentar n.º 8/2017, de 29 de agosto](#)
(Finanças)

Designa as autoridades competentes para a supervisão dos administradores de índices de referência e das entidades supervisionadas que sejam fornecedores de dados de cálculo ou utilizadores de índices de referência, para efeitos do Regulamento (UE) n.º 2016/1011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho.

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[Decreto-Lei n.º 107/2017, de 30 de agosto](#)

(Finanças)

Transpõe a Diretiva 2014/92/EU, do Parlamento e do Conselho, de 23 de julho, relativa à comparabilidade das comissões relacionadas com as contas de pagamento, à mudança de conta de pagamento e ao acesso a contas de pagamento com características básicas.

Para esse efeito, estabelece normas relativas à transparência e à comparabilidade das comissões cobradas aos consumidores pelas contas de pagamento de que são titulares, à mudança de conta de pagamento e à facilitação da abertura de contas de pagamento transfronteiriças pelos consumidores.

Altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, e o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Lei n.º 100/2017, de 28 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Altera o Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, o Código de Procedimento e de Processo Tributário por aquele aprovado, e o Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro, que aprova alterações à legislação tributária, de modo a garantir o adequado funcionamento da Unidade dos Grandes Contribuintes no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira.

[Despacho n.º 7689/2017, de 1 de setembro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Determina à Autoridade Tributária e Aduaneira o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas, e a publicação anual das regras de liquidação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

[Lei n.º 106/2017, de 4 de setembro](#)
(Assembleia da República)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, assegurando o direito à declaração conjunta de despesas e rendimentos relativos a dependentes em sede de IRS nas situações em que as responsabilidades parentais são exercidas por mais do que um sujeito passivo.

- VALORES MOBILIÁRIOS

[Lei n.º 104/2017, de 30 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho, que altera a Diretiva 2009/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções.

Para esse efeito, altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro.

12. JUSTIÇA

[Parecer n.º 21/2017, de 29 de agosto](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Publica Parecer sobre Ajustamento remuneratório de trabalhadores em funções públicas, com maior antiguidade por razões de paridade com os trabalhadores a recrutar para a carreira de técnico especialista pré-hospitalar do INEM, I. P..
(Parecer homologado pelo Secretário de Estado da Saúde)

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 28/2017/M, de 28 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria a figura de médico-veterinário de município da Região Autónoma da Madeira e define as condições em que este pode ser reconhecido simultaneamente como autoridade sanitária veterinária de município.

[Decreto Legislativo Regional n.º 29/2017/M, de 28 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Concede aos docentes do Conservatório, Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng. Luiz Peter Clode (CEPAM), que transitaram para o regime de emprego público, a faculdade de virem a adquirir as habilitações próprias para a integração na carreira docente, prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, de 25 de fevereiro, e determina a transição para essa carreira daqueles que possuem as habilitações próprias para a integração nessa carreira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 30/2017/M, de 28 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime a que fica sujeito o procedimento de delimitação do domínio público hídrico na Região Autónoma da Madeira.

14. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 108/2017, de 30 de agosto](#)
(Saúde)

Estabelece o regime da carreira farmacêutica nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde.

[Decreto-Lei n.º 109/2017, de 30 de agosto](#)

(Saúde)

Define o regime legal da carreira especial farmacêutica, bem como os requisitos de habilitação profissional para integração na mesma.

[Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto](#)

(Saúde)

Estabelece o regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde, e os respetivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica.

[Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto](#)

(Saúde)

Estabelece o regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e os requisitos de habilitação profissional.

[Decreto-Lei n.º 115/2017, de 7 de setembro](#)

(Saúde)

Altera o Decreto-Lei n.º 97/2015, de 1 de junho, que procede à criação do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde.

15. TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 106/2017, de 29 de agosto](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho.

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Lei n.º 103/2017, de 30 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Altera, por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, que determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. (STCP), e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

[Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, que regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2309, da Comissão, de 16 de dezembro, que adapta pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

[Portaria n.º 261/2017, de 1 de setembro](#)

(Finanças, Adjunto, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Planeamento e das Infraestruturas e Ambiente)

Altera as condições de atribuição do «passe sub23@superior.tp» fixadas na Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto](#) (Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e transpõe a Diretiva 2014/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa às condições de entrada e de permanência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal, a Diretiva 2014/66/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, relativa às condições de entrada e residência de nacionais de Estados terceiros no quadro de transferências dentro das empresas, e a Diretiva (UE) 2016/801, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, relativa às condições de entrada e residência de nacionais de Estados terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de formação, de voluntariado, de programas de intercâmbio de estudantes, de projetos educativos, e de colocação au pair.

[Lei n.º 104/2017, de 30 de agosto](#) (Assembleia da República)

Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho, que altera a Diretiva 2009/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções.

Para esse efeito, altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 107/2017, de 30 de agosto
(Finanças)

Transpõe a Diretiva 2014/92/EU, do Parlamento e do Conselho, de 23 de julho, relativa à comparabilidade das comissões relacionadas com as contas de pagamento, à mudança de conta de pagamento e ao acesso a contas de pagamento com características básicas.

Para esse efeito, estabelece normas relativas à transparência e à comparabilidade das comissões cobradas aos consumidores pelas contas de pagamento de que são titulares, à mudança de conta de pagamento e à facilitação da abertura de contas de pagamento transfronteiriças pelos consumidores.

Altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, e o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, que regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2309, da Comissão, de 16 de dezembro, que adapta pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Transpõe a Diretiva n.º 2014/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa à adjudicação de contratos de concessão, a Diretiva n.º 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos, a Diretiva n.º 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.

[Decreto-Lei n.º 111-C/2017, de 31 de agosto](#)
(Economia)

Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro.

[Decreto-Lei n.º 111-D/2017, de 31 de agosto](#)
(Economia)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva n.º 2014/68/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão